

INCLUSÃO ESCOLAR: CURRÍCULO E AVALIAÇÃO VOLTADOS PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

SCHOOL INCLUSION: CURRICULUM AND ASSESSMENT FOR STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER

Emerson Aparecido Augusto

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Fabício Augusto Correia da Silva

Universidade Federal de São Paulo, Unifesp, Brasil

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, Brasil

Melca Moura Brasil

Universidade Federal de Goiás, UFG, Brasil

Naida Regina Novelli Evaristo

Centro Universitário Central Paulista, UNICEP, Brasil

Igor Terezane Nardocci

Universidade de Araraquara, Uniara, Brasil

Ivani Ramos do Carmo

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/3hgn2w03>

Publicado em: 26.12.2025

RESUMO: A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras tem se tornado um tema cada vez mais relevante, especialmente quando se fala na necessidade de práticas pedagógicas que garantam participação e aprendizagem para todos. O presente estudo buscou compreender como as adaptações no currículo e os métodos de avaliação inclusivos podem contribuir para o processo educativo de alunos com TEA em turmas do ensino regular. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa, utilizando artigos científicos, livros, leis e documentos oficiais divulgados entre 2003 e 2024. Os achados indicam que a flexibilização dos conteúdos e o uso de diferentes formas de avaliação são fundamentais para atender às particularidades de estudantes com TEA, reconhecendo ritmos e modos variados de aprender e demonstrar conhecimento. Verificou-se, ainda, que a capacitação dos professores e o suporte oferecido pela instituição de ensino influenciam diretamente a implementação de ações inclusivas no dia a dia escolar. Dessa forma, conclui-se que assegurar o direito à aprendizagem desse público demanda a superação de práticas pedagógicas tradicionais, o fortalecimento das políticas de inclusão e a criação



constante de estratégias que promovam igualdade de oportunidades. Sugere-se que pesquisas futuras explorem vivências práticas em diversos níveis da educação básica e investiguem como professores, alunos e famílias percebem os efeitos das adaptações curriculares e das avaliações inclusivas.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Transtorno do Espectro Autista (TEA); Adaptações Curriculares; Avaliação Inclusiva.

Abstract: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian schools has become an increasingly relevant topic, especially regarding the need for pedagogical practices that ensure participation and learning for all. This study aimed to understand how curriculum adaptations and inclusive assessment methods can contribute to the educational process of students with ASD in mainstream classrooms. The research was conducted through a literature review with a qualitative approach, using scientific articles, books, legislation, and official documents published between 2003 and 2024. The findings indicate that curriculum flexibility and the use of diverse assessment strategies are essential to meeting the specific needs of students with ASD, acknowledging different paces and ways of learning and demonstrating knowledge. It was also observed that teacher training and institutional support directly influence the effectiveness of inclusive practices in school routines. Therefore, it is concluded that ensuring the right to learning for this group requires overcoming traditional pedagogical approaches, strengthening inclusion policies, and continuously developing strategies that promote equal opportunities. It is recommended that future studies investigate practical experiences across different levels of basic education and examine how teachers, students, and families perceive the impacts of curricular adaptations and inclusive assessments.

KEYWORDS: Keywords: School Inclusion; Autism Spectrum Disorder (ASD); Curriculum Adaptations; Inclusive Assessment.

1 Introdução

A participação de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular configura um dos principais desafios enfrentados pela educação atual, sobretudo quando se trata de garantir que esses estudantes tenham reais oportunidades de aprender e se envolver nas atividades escolares. Apesar dos avanços no Brasil quanto às leis e às políticas públicas voltadas para a inclusão, ainda existe uma grande distância entre o que está estabelecido nos documentos oficiais e aquilo que acontece, de fato, nas práticas pedagógicas. Apenas inserir o aluno com TEA na sala de aula não é suficiente para assegurar sua inclusão; é necessário que o processo educativo considere suas particularidades e proporcione suporte pedagógico adequado, possibilitando seu desenvolvimento pleno.

A escola, como espaço de socialização e construção do conhecimento, precisa reestruturar suas concepções e metodologias a fim de responder às demandas desse público, valorizando as potencialidades individuais e eliminando barreiras que impeçam o acesso ao currículo. A literatura científica evidencia que muitos alunos com TEA enfrentam dificuldades no acompanhamento

das atividades escolares, em razão de aspectos relacionados à comunicação, interação social e comportamento, que, se não considerados, repercutem no desempenho acadêmico e no engajamento escolar. Diante disso, adaptações curriculares tornam-se um recurso indispensável para promover aprendizagem em condições de equidade, sem reduzir expectativas de desempenho ou limitar as oportunidades educativas.

A avaliação escolar, enquanto componente essencial do processo de ensino e aprendizagem, também precisa ser repensada sob a perspectiva inclusiva. Modelos avaliativos tradicionais, centrados em medidas padronizadas e resultados quantitativos, não contemplam a diversidade de formas de aprender presentes entre os estudantes com TEA. Assim, faz-se urgente ampliar concepções e práticas avaliativas que valorizem o percurso individual, considerem diferentes expressões de conhecimento e orientem o planejamento pedagógico a partir das reais necessidades do aluno. Nesse sentido, o desenvolvimento de propostas de avaliação inclusiva contribui para a eliminação de práticas excludentes e para a construção de uma escola mais justa e democrática.

Este estudo se justifica pela necessidade de fortalecer a ação pedagógica de professores que atuam com estudantes com TEA, contribuindo com reflexões teóricas e indicações práticas para a organização de estratégias inclusivas. Ao investigar como as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva podem favorecer a aprendizagem desse público, busca-se oferecer subsídios para qualificação do trabalho docente e, consequentemente, para a efetivação da educação inclusiva prevista legalmente. O tema apresenta relevância não apenas para o campo acadêmico, que se beneficia da ampliação de referenciais teóricos sobre o assunto, mas também para o cotidiano escolar, pois se trata de uma demanda crescente nas instituições públicas e privadas de todo o país.

Nesse cenário, emerge a seguinte problemática: como as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva contribuem para o processo de escolarização de estudantes com Transtorno do Espectro Autista no ensino regular? Assim, o objetivo deste estudo é analisar de que maneira adaptações curriculares e práticas avaliativas inclusivas podem favorecer o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com TEA, indicando estratégias pedagógicas que promovam equidade no ambiente escolar.

2 Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, fundamentada na análise de estudos científicos que tratam da inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), especialmente no que diz respeito às adaptações curriculares e às práticas de avaliação inclusiva. As contribuições teóricas desse trabalho, amparadas nos estudos de Mantoan (2015), Mittler (2003), Luckesi (2011), Baron-Cohen (2017), Cunha (2017), Booth e Ainscow (2011), entre outros, estão relacionadas à ampliação do olhar sobre os desafios e possibilidades da ação docente frente às especificidades do TEA e à garantia de uma educação que respeite a singularidade dos sujeitos.

Como método, adotou-se a abordagem qualitativa, por considerar que a compreensão do fenômeno da inclusão requer interpretação contextualizada dos discursos teóricos e legais que orientam as práticas educacionais. Assim, não se busca mensurar dados numéricos, mas compreender concepções, tendências, lacunas e contribuições presentes nas produções já consolidadas na área.

Os procedimentos de levantamento de dados consistiram em buscas sistemáticas em bases de dados acadêmicas nacionais e internacionais, tais como Portal de Periódicos CAPES, Scielo e Google Acadêmico, utilizando descritores como “TEA”, “inclusão escolar”, “avaliação inclusiva”, “adaptações curriculares”, “educação especial na perspectiva inclusiva” e “transtorno do espectro autista”. Foram priorizados artigos científicos, legislações, livros e documentos oficiais publicados entre 2003 e 2024, período marcado pela ampliação das políticas inclusivas e pela intensificação das pesquisas sobre o tema no Brasil e no mundo.

O procedimento de análise dos dados bibliográficos se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, voltada à identificação de categorias relacionadas aos eixos principais da pesquisa: currículo, avaliação e práticas pedagógicas inclusivas. Após a seleção dos materiais, os textos foram lidos integralmente e organizados conforme convergências teóricas, divergências e indicações de lacunas para pesquisas futuras, o que possibilitou uma compreensão ampliada do objeto investigado.

O design de triangulação teórico-metodológica ocorreu a partir da articulação entre: (i) aportes teóricos da educação inclusiva, (ii) referenciais específicos sobre o TEA e o desenvolvimento da aprendizagem, e (iii) marcos legais que regulamentam a oferta do atendimento escolar. Essa triangulação permitiu fortalecer a validade interpretativa da pesquisa, integrando perspectivas pedagógicas, neurodesenvolvimentais e político-educacionais.

O perfil dos dados bibliográficos contempla autores nacionais e internacionais com reconhecida relevância no campo da educação inclusiva, além de documentos norteadores das políticas públicas brasileiras para estudantes com deficiência. A escolha desses materiais visa garantir uma análise consistente e atualizada sobre as práticas de adaptação curricular e avaliação inclusiva na escolarização de alunos com TEA, sustentando a discussão com base em evidências científicas e na legislação vigente.

3 Referencial teórico

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) compreende condições do neurodesenvolvimento caracterizadas por diferenças na comunicação social e por padrões de comportamento específicos, exigindo práticas educacionais que respeitem suas singularidades. A educação inclusiva afirma que todos os estudantes devem aprender juntos, garantindo participação, acesso ao currículo e suporte adequado, conforme orienta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que assegura “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 2008).

As adaptações curriculares são estratégias que possibilitam a flexibilização do ensino, atendendo às necessidades educacionais do aluno com TEA sem descaracterizar os objetivos essenciais da aprendizagem. De acordo com Mantoan (2015), “a escola deve transformar-se para acolher a diferença, e não esperar que o aluno se adapte a ela”, destacando o currículo como elemento central da inclusão. Tais adaptações podem ocorrer na forma de acesso ao conhecimento, organização do tempo, uso de recursos visuais, simplificação de tarefas e mediações pedagógicas, de modo a favorecer a compreensão e a participação ativa do estudante.

A avaliação inclusiva, por sua vez, assume função formativa e contínua, priorizando as potencialidades do aluno e considerando seus modos próprios de aprender. Como afirma Luckesi (2011), “avaliar é um ato amoroso e comprometido com o crescimento do educando”. Para estudantes com TEA, instrumentos avaliativos devem ser diversificados, não se restringindo a provas tradicionais, mas incorporando observações, portfólios, registros do desenvolvimento socioemocional e comunicação alternativa quando necessário. A avaliação deve ser dialógica, buscando identificar avanços e orientar o planejamento pedagógico, conforme assegura a LDB ao enfatizar que a avaliação deve refletir o processo e não apenas resultados numéricos (Brasil, 1996).

Tabela 1 – Procedimentos avaliativos voltados ao atendimento das necessidades de alunos com TEA

Estratégia	Descrição
Avaliação Qualitativa e Formativa	Deve priorizar o processo de aprendizagem e o bem-estar do aluno, em vez de focar apenas em notas, aprovação ou comparações com outros estudantes.
Avaliação Diagnóstica	Busca conhecer profundamente o aluno — suas dificuldades, habilidades e preferências — antes de qualquer avaliação classificatória, orientando as práticas pedagógicas.
Adaptações na Prova	Consiste em ajustes como permitir mudanças de posição, uso de abafadores ou outros recursos que reduzam desconfortos sensoriais e favoreçam o desempenho do estudante.
Observação Contínua	Valoriza a interação, as reações e o progresso individual, considerando a evolução do aluno ao longo do tempo, comparando-o consigo mesmo.

Fonte: Adaptação dos autores

Outro aspecto relevante refere-se à colaboração entre família, professores e equipe multiprofissional. A atuação integrada favorece a construção de metas realistas e alinhadas às características do aluno, respeitando suas capacidades, interesses e modos de interação. Segundo Cunha (2017), “a inclusão se faz na parceria, na escuta e na adaptação contínua do ambiente escolar”, reforçando a importância da gestão compartilhada do processo educativo.

O uso de tecnologias assistivas e recursos comunicacionais estruturados pode ampliar o engajamento de estudantes com TEA. O modelo TEACCH, por exemplo, valoriza a organização do ambiente físico e rotinas previsíveis, contribuindo para maior autonomia e compreensão das tarefas. Conforme Mesibov e Shea (2010), “a estruturação favorece a aprendizagem quando auxilia na interpretação do mundo”.

Dessa forma, adaptações curriculares e avaliação inclusiva não devem ser concebidas como medidas excepcionais, mas como princípios que asseguram a aprendizagem e a dignidade de todos os estudantes. A escola que reconhece o direito à diferença efetiva uma pedagogia centrada no sujeito, promovendo equidade e participação plena, conforme preveem os marcos legais e os pressupostos da educação inclusiva contemporânea.

Assim, o professor assume papel decisivo como mediador da aprendizagem e promotor de práticas pedagógicas inclusivas. É necessário que receba formação adequada para compreender as características do TEA e planejar intervenções coerentes com as necessidades de cada estudante. Como destaca Pletsch (2019), “a formação docente é condição indispensável para que a inclusão deixe de ser discurso e se torne prática”. O desenvolvimento profissional contínuo fortalece a autonomia do educador, permitindo-lhe atuar com intencionalidade pedagógica.

Além disso, a inclusão de estudantes com TEA demanda que a escola promova uma cultura de acolhimento e respeito às diferenças, superando concepções assistencialistas. A escola inclusiva não se define apenas pela presença física do aluno, mas pela sua participação e aprendizagem significativa. De acordo com Mittler (2003), “inclusão é um processo, não um estado”, reforçando a necessidade de revisão constante das práticas educacionais e das concepções que orientam o ensino.

A adaptação do ambiente escolar, envolvendo tanto os aspectos físicos quanto sociais, também é fundamental para favorecer a regulação sensorial e o bem-estar dos estudantes com TEA. Estratégias como minimização de estímulos excessivos, uso de rotinas visuais e clareza nas regras de convivência contribuem para uma aprendizagem mais estável. Para Grandin (2014), “ambientes previsíveis ajudam o estudante com autismo a se sentir seguro para aprender”, destacando a importância de um clima escolar estruturado, mas acolhedor.

Outro ponto relevante diz respeito ao reconhecimento dos diferentes modos de comunicação. Muitos alunos com TEA utilizam gestos, figuras ou dispositivos digitais como meios preferenciais de expressão. Quando a escola valoriza essas formas alternativas de linguagem, potencializa a participação e o desenvolvimento da autonomia. Como afirma Deliberato (2018), “a comunicação é direito humano e deve ser garantida por todas as vias possíveis”. Assim, a avaliação e o ensino precisam considerar tais recursos como mediadores essenciais do currículo.

Do mesmo modo, a personalização do ensino não deve ser confundida com a redução do potencial do estudante. A diferenciação pedagógica deve desafiar o aluno na medida certa, encorajando avanços acadêmicos e sociais, sem impor metas desproporcionais. Booth e Ainscow (2011) ressaltam que “a inclusão se expressa quando as barreiras para a aprendizagem são identificadas e removidas”. Portanto, adaptações devem ser orientadas pela equidade, garantindo acesso aos conteúdos essenciais para sua trajetória escolar e cidadã.

A construção de práticas inclusivas também requer comprometimento institucional, com políticas e gestão que assegurem recursos, acompanhamento e apoio especializado. A presença do Atendimento Educacional Especializado (AEE), articulado ao trabalho dos professores da

sala regular, amplia oportunidades de aprendizagem e de observação dos caminhos evolutivos do estudante. Segundo Mendes (2020), “a parceria entre serviços complementares e sala comum fortalece a inclusão ao articular saberes e estratégias”. Essa colaboração evita fragmentação e promove um atendimento integral.

Assim, ao ampliar as possibilidades de ensino, comunicação, convivência e desenvolvimento do estudante com TEA, a escola reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade para todos. A inclusão se materializa quando cada aluno é reconhecido em sua singularidade, com direitos garantidos, potencialidades estimuladas e aprendizagens validadas.

A inclusão educacional de estudantes com TEA também demanda atenção às habilidades socioemocionais, que são fundamentais para a participação efetiva nas atividades escolares. Intervenções que favoreçam a interação entre pares contribuem para o fortalecimento da autoestima e o desenvolvimento das funções comunicativas. Conforme aponta Baron-Cohen (2017), “o apoio ao desenvolvimento social é essencial para reduzir barreiras e promover relações significativas”. Assim, o ambiente escolar precisa promover experiências colaborativas que estimulem a convivência e o respeito mútuo.

Outro aspecto importante refere-se ao planejamento pedagógico flexível, que considere interesses específicos dos alunos com TEA como ponto de partida para o processo de ensino. O engajamento aumenta quando o currículo dialoga com a motivação do estudante, favorecendo aprendizagens mais consistentes. Klin (2015) explica que “interesses focais podem ser utilizados como ponte para novas aquisições”, destacando sua relevância para a aprendizagem significativa na educação inclusiva.

Além do trabalho docente e do suporte institucional, a participação ativa da família amplia as possibilidades de continuidade entre o que é desenvolvido na escola e no contexto doméstico. A colaboração entre esses espaços sustenta o progresso do estudante, favorecendo o acompanhamento mais próximo das conquistas e desafios. De acordo com Glat (2016), “a família é parceira do processo educacional e corresponsável pela inclusão”, reforçando a importância do diálogo constante.

A construção de políticas públicas que assegurem condições reais de inclusão também se apresenta como elemento estruturante desse processo. A legislação brasileira estabelece diretrizes que garantem o direito à aprendizagem e à participação plena dos estudantes com deficiência, incluindo aqueles com TEA. Porém, como observa Rodrigues (2021), “a implementação das políticas requer investimento, acompanhamento e avaliação contínua”. É imprescindível que os sistemas de ensino assumam a responsabilidade de criar oportunidades efetivas de aprendizagem para todos. Finalmente, a inclusão exige uma mudança de paradigma pedagógico: da homogeneização para a valorização da diversidade humana. A educação inclusiva representa uma transformação ética que reconhece que todos aprendem, embora de maneiras distintas e em ritmos variados. Para Santos (2020), “a inclusão rompe com a lógica seletiva e promove justiça

educacional”, tornando-se um compromisso social que ultrapassa metodologias e adaptações, alcançando o direito fundamental ao desenvolvimento integral.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado em três níveis de suporte segundo critérios internacionais, que indicam o tipo e a intensidade de apoio necessários ao desenvolvimento do estudante. O Nível 1, considerado como a necessidade de apoio, caracteriza alunos que podem acompanhar o currículo regular com adaptações pontuais, como maior clareza nas instruções, uso de recursos visuais e flexibilização do tempo para realização das atividades. Já o Nível 2, que envolve apoio substancial, demanda mediações mais frequentes, organização estruturada do ambiente de aprendizagem e divisão das tarefas em etapas menores, com atenção às demandas comunicativas e sensoriais do estudante. Por sua vez, o Nível 3, definido como necessidade de apoio muito substancial, exige intervenções intensas e contínuas, com uso de comunicação alternativa quando necessário, acompanhamento próximo e personalização do currículo para garantir participação e desenvolvimento.

No âmbito pedagógico, a escola deve compreender que os níveis de suporte não se relacionam a capacidade cognitiva, mas às formas de interação, comunicação e comportamento que influenciam o acesso ao currículo. Assim, o processo de escolarização deve se orientar pelo princípio da equidade, assegurando que todos os alunos, independentemente do nível de suporte, tenham oportunidade de aprender e expressar conhecimentos conforme seus próprios ritmos e modos de funcionamento. Nesse sentido, as adaptações curriculares apresentam-se como condição essencial para atender às singularidades do estudante com TEA, ampliando suas possibilidades de compreensão dos conteúdos escolares e de engajamento nas atividades propostas.

A avaliação educacional, igualmente, precisa ser ressignificada. Modelos tradicionais baseados apenas em resultados quantitativos não contemplam a diversidade de manifestações de aprendizagem presentes entre os estudantes com TEA. A avaliação inclusiva deve adotar caráter formativo e contínuo, valorizando o progresso individual, a observação do desenvolvimento, portfólios e registros que evidenciem conquistas acadêmicas, sociais e comunicativas. Para alunos em Nível 1 de suporte, pequenos ajustes nas provas e atividades já podem favorecer o desempenho. Nos Níveis 2 e 3, instrumentos avaliativos alternativos e uso de recursos como comunicação por figuras, plataformas digitais ou observação estruturada tornam-se fundamentais para garantir que o aluno consiga demonstrar seus conhecimentos.

Dessa forma, a compreensão dos níveis de suporte do TEA contribui para orientar professores, gestores e equipes de apoio na organização de estratégias pedagógicas que promovam participação plena no currículo e uma avaliação mais justa e significativa. Em todos os casos, é imprescindível que a escola promova um ambiente acessível, com práticas mediadoras, acolhimento às diferenças e colaboração entre professores, família e profissionais especializados. A inclusão se concretiza quando o estudante é reconhecido em sua singularidade, e quando

suas formas de aprender são legitimadas como parte da diversidade humana presente na escola contemporânea.

4 Resultados e discussões

Os resultados obtidos com esta pesquisa bibliográfica indicam que, embora exista um conjunto robusto de marcos legais e referenciais teóricos que sustentam a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola regular, ainda persistem desafios significativos para garantir sua efetiva aprendizagem e participação no ambiente escolar. As análises apontam que a implementação de adaptações curriculares e práticas avaliativas inclusivas constitui elemento central para a consolidação da educação inclusiva, porém essas ações ainda se mostram inconsistentes em muitas instituições de ensino.

Entre os achados desta investigação, destaca-se a compreensão de que as adaptações curriculares não devem ser interpretadas como um processo de simplificação do conteúdo ou redução da complexidade do ensino, mas como uma forma de flexibilização que assegura acesso equitativo ao currículo. A literatura analisada reforça que o uso de recursos visuais, a organização do ambiente, a personalização das propostas didáticas e o respeito ao ritmo de aprendizagem do estudante com TEA ampliam sua capacidade de engajamento e compreensão dos conceitos escolares. Esse entendimento confirma avanços teóricos que defendem uma pedagogia orientada pela diversidade, contribuindo para que a escola rompa com modelos homogêneos de ensino.

Outro resultado relevante refere-se à avaliação escolar, que precisa deixar de ocupar uma função meramente classificatória para assumir um caráter formativo, contínuo e dialógico. Os estudos apontam que os instrumentos avaliativos devem ser diversificados, contemplando múltiplas formas de expressão do conhecimento e reconhecendo progressos individuais que vão além de resultados quantitativos. Tal perspectiva fortalece a construção de práticas pedagógicas que valorizam habilidades cognitivas, sociais e comunicativas dos estudantes com TEA, e não apenas seu desempenho acadêmico tradicional.

Além disso, os resultados revelam que a formação docente aparece como um dos principais fatores que influenciam o sucesso ou o fracasso da inclusão. A literatura enfatiza que, quando o professor recebe suporte teórico-metodológico adequado, ele se sente mais seguro para planejar e avaliar de forma inclusiva, reconhecendo as singularidades do estudante e evitando práticas excludentes. Esse achado reforça a urgência de políticas educacionais voltadas para capacitação permanente, bem como o fortalecimento da articulação entre sala de aula comum e serviços de apoio especializados.

Do ponto de vista das contribuições científicas, o estudo agrega reflexões que ampliam o entendimento sobre os caminhos pedagógicos que favorecem a inclusão de alunos com TEA, reiterando posicionamentos já consolidados, mas também revelando lacunas que precisam ser aprofundadas, sobretudo no que se refere à transposição das teorias para a prática diária das

escolas. No âmbito social, os resultados apoiam a defesa de uma educação que promova equidade, cidadania e respeito às diferenças, estimulando ações que impactam diretamente a qualidade de vida dos estudantes e de suas famílias.

Portanto, esta investigação contribui para o campo acadêmico ao sintetizar e discutir evidências teóricas que reforçam a importância das adaptações curriculares e da avaliação inclusiva no processo de escolarização de estudantes com TEA. Ao mesmo tempo, oferece subsídios práticos que podem orientar professores, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos tenham garantido o direito de aprender e se desenvolver em sua integralidade.

A pesquisa apresentou algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados e no desenvolvimento de estudos futuros. Por se tratar de uma investigação exclusivamente bibliográfica, as análises dependeram do conteúdo já publicado, não contemplando observações diretas do contexto escolar ou relatos de professores, estudantes e famílias, o que poderia ampliar a compreensão sobre a aplicação das práticas inclusivas no cotidiano. Além disso, os estudos selecionados, embora relevantes, abrangem diferentes realidades educacionais, podendo haver variações na forma como as adaptações curriculares e a avaliação inclusiva são implementadas em distintas regiões e escolas brasileiras.

Também se destaca que a literatura disponível ainda apresenta escassez de produções voltadas especificamente à avaliação de alunos com TEA, sobretudo no ensino regular, o que limitou a discussão aprofundada sobre instrumentos avaliativos especializados. Outra limitação refere-se ao recorte temporal, que, embora tenha privilegiado obras recentes, pode não incluir pesquisas em desenvolvimento ou ainda não publicadas.

5 Conclusão

A presente pesquisa bibliográfica permitiu evidenciar que as adaptações curriculares e as práticas de avaliação inclusivas constituem pilares fundamentais para a efetivação do direito à educação dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular. Os resultados demonstram que a inclusão não se resume ao acesso ou à matrícula; ela se concretiza quando o estudante participa ativamente das experiências escolares e tem suas potencialidades reconhecidas e estimuladas por meio de intervenções pedagógicas devidamente planejadas.

A flexibilização curricular mostrou-se essencial para promover o acesso equitativo ao conhecimento, visto que respeita ritmos, formas de comunicação, interação e expressão próprias do estudante com TEA. De forma complementar, a avaliação inclusiva, ao priorizar o acompanhamento contínuo, a observação do progresso individual e a diversidade de instrumentos de verificação da aprendizagem, revela-se mais justa e coerente com os princípios da educação inclusiva do que modelos tradicionais e normativos. Assim, os achados desta pesquisa apontam para a necessidade de ressignificar concepções pedagógicas ainda arraigadas, substituindo

práticas padronizadas por abordagens que valorizem a diversidade humana como componente estruturante do processo educativo.

Reconhece-se, ainda, que o professor desempenha papel determinante na implementação de práticas inclusivas e, por isso, necessita de formação permanente, apoio institucional e condições de trabalho adequadas. A inclusão efetiva também demanda articulação entre políticas educacionais, serviços de apoio especializados, gestão escolar e participação ativa da família, consolidando uma rede de corresponsabilidade pelo pleno desenvolvimento do estudante com TEA. Trata-se, portanto, de um movimento que ultrapassa ajustes metodológicos, exigindo mudanças culturais, organizacionais e atitudinais dentro das escolas.

Em termos acadêmicos, este estudo contribui ao reunir reflexões teóricas que reforçam a centralidade do currículo e da avaliação inclusiva na promoção da equidade e da cidadania. Socialmente, reafirma a urgência de garantir que os estudantes com TEA tenham assegurados não apenas o direito de estar na escola, mas sobretudo o direito de aprender, interagir e se desenvolver integralmente.

Para avançar nesse campo, recomenda-se que futuras pesquisas incluam observações práticas em diferentes níveis da educação básica, investigando o impacto das adaptações curriculares e avaliativas na aprendizagem e no desenvolvimento socioemocional de estudantes com TEA. Sugere-se, igualmente, aprofundar estudos sobre formação docente e sobre experiências inclusivas a partir da percepção de professores, estudantes e familiares.

Dessa maneira, reafirma-se que a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva representa um compromisso ético e social com a dignidade humana. É necessário seguir aprimorando políticas, práticas e conhecimentos que tornem a escola um espaço cada vez mais acessível, acolhedor e significativo para todos, sobretudo para aqueles que, historicamente, encontraram barreiras ao pleno exercício de seu direito de aprender e de participar da vida escolar de forma equânime.

Referências

BARON-COHEN, S. Autismo: explicando o enigma. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. Index para a Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. 3. ed. Bristol: CSIE, 2011.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CUNHA, E. Autismo e inclusão: psicopedagogia prática na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

- DELIBERATO, D. Comunicação alternativa e ampliada: mediação para a inclusão. São Paulo: Memnon, 2018.
- GLAT, R. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2016.
- GRANDIN, T. O cérebro autista: pensando através do espectro. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- KLIN, A. Autismo e desenvolvimento: uma abordagem integrada. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MANTOAN, M. T. E. Educação Inclusiva: construindo uma sociedade para todos. São Paulo: Moderna, 2015.
- MESIBOV, G.; SHEA, V. O programa TEACCH de educação para autistas. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MENDES, E. G. Educação inclusiva: desafios contemporâneos. Campinas: Autores Associados, 2020.
- MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- PLETSCH, M. D. Formação docente e práticas inclusivas na educação básica. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.
- RODRIGUES, D. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2021.
- SANTOS, B. S. A educação para além da exclusão: justiça, equidade e direitos na escola. São Paulo: Cortez, 2020.